

As duas faces da cruz

irmão John

Para muitos dos nossos contemporâneos a cruz é o símbolo do Cristianismo. Não é curioso que este instrumento de morte violenta tenha vindo a simbolizar o que é essencial de uma crença? De facto, durante séculos houve uma grande aversão por representar Jesus na cruz. Para os primeiros cristãos, a luz ardente da sua fé estava na boa nova da ressurreição: o grito «Ressuscitou!» expressava a sua convicção de base.

E no entanto, o anúncio da ressurreição de Jesus foi rapidamente associado à memória da sua morte violenta. Apenas vinte e cinco anos mais tarde, São Paulo reproduz na primeira carta aos Coríntios um credo rítmico que ele próprio recebeu, expressando o essencial da fé cristã através de um binómio:

*Cristo morreu pelos nossos pecados segundo as Escrituras
foi sepultado
e ressuscitou ao terceiro dia segundo as Escrituras
apareceu a Cefas...*

(1 Coríntios 15, 3-4)

Este texto antigo justapõe simplesmente dois momentos sem se questionar sobre a ligação entre eles. Limita-se a apresentar Cristo morto e ressuscitado. Todavia, se reflectirmos, podemos constatar que a simples palavra «e» não é anódina, mas pelo contrário, esconde o essencial do mistério. De facto, a articulação entre as duas partes do binómio que denominamos mistério pascal tem consequências incalculáveis para a vida cristã. Durante séculos, especialmente no Ocidente, a ressurreição foi atenuada em relação à paixão de Cristo, o que favoreceu uma certa visão pessimista da existência terrestre, centrada no sofrimento. Se hoje a tónica, felizmente, se mudou para dar primazia à ressurreição na piedade dos fiéis, tal visão não está isenta de inconvenientes. Corremos o risco de minimizar os efeitos do mal na vida humana, de saltar com demasiada rapidez para a margem da felicidade reencontrada e, conseqüentemente, de nos distanciarmos de todos aqueles que atravessam sofrimentos inexplicáveis ou que se debatem com a angústia de uma existência aparentemente absurda. Saberemos encontrar força e inspiração na alegre notícia da ressurreição sem retirar à cruz toda a sua seriedade?

Nestas páginas nós afirmamos que todo o interesse e a importância do mistério pascal reside no que os gramáticos denominam a cópula, a ligação entre o sujeito e o predicado. O Crucificado é o Senhor Ressuscitado: o que significa esta afirmação, como é possível e quais são as suas consequências? Para compreendermos mais profundamente o sentido da cruz vamos tentar circunscrever mais exactamente o local onde a morte a ressurreição de Jesus se encontram. Isto, é preciso clarificá-lo, não é imediatamente acessível à razão humana. Apesar de ser a chave de todo o edifício, escapa-nos. Todavia, ao abordá-lo a partir de diferentes perspectivas, aproximar-nos-emos cada vez mais do coração da nossa fé.

Etapas sucessivas?

Uma primeira resposta à questão da ligação entre a cruz e a ressurreição é de ordem *cronológica*. No desenvolvimento do relato evangélico, a paixão e a ressurreição de Jesus são apresentadas como etapas sucessivas. Isto advém da própria noção de ressurreição: para poder levantar-se (ἀνίστημι), ou acordar (ἐγείρω), é preciso primeiro estar deitado e adormecido na morte. É preciso ainda distinguir a ressurreição da simples reanimação dum cadáver. Nos relatos do filho da viúva de Naim (Lucas 7, 11-17), da filha de Jairo

(Marcos 5, 21-43) e sobretudo de Lázaro (João 11), Jesus mostra o seu poder sobre a morte ao restituir às suas vidas anteriores pessoas que morreram recentemente. A ressurreição, contudo, é algo bastante diferente. Para os judeus que acreditavam na ressurreição, exprimia a passagem do mundo presente para uma era a vir, uma vida incomparavelmente diferente da nossa existência aqui em baixo. De qualquer modo, a ressurreição segue-se à morte porque as duas representam dois estados opostos: ressuscitar significa passar da morte à vida.

E no entanto esta perspectiva cronológica está longe de esgotar toda a verdade do mistério podendo mesmo confundir-nos. Poderia levar-nos a considerar a cruz como um momento que deveríamos deixar para trás, ultrapassando-o o mais rapidamente possível, esquecendo as dores e os sofrimentos padecidos. Este modo de compreender o mistério pascal tropeça num detalhe pequeno mas significativo: nos relatos das aparições do Ressuscitado, o Cristo da glória ainda tem as suas chagas sendo estas, inclusivamente o meio privilegiado que permite reconhecê-lo. Os evangelistas procuram indicar deste modo que a crucifixão de Jesus não é simplesmente relegada para um passado esquecido, mas faz parte da identidade que perdura de Cristo Ressuscitado. Os seus sofrimentos e morte têm um significado permanente para os crentes.

O quarto Evangelho exprime a mesma verdade partindo da vida terrena de Jesus. Para indicar o fim da sua vida na terra, São João usa o verbo «elevantar»: «E Eu, quando for erguido da terra, atrairei todos a mim» diz Jesus (João 12, 32; cf. 3, 14; 8, 28). Com este típico jogo de palavras, João faz referência tanto à crucifixão de Jesus (é por isso que é essencial para ele que Jesus seja crucificado pelos romanos e não apedrejado segundo o costume judeu: ver 12, 33; 18, 31-32) como ao seu regresso ao Pai (ver 20, 17; 6, 62; 3, 13). Aqui, os dois momentos do mistério pascal, não se sucedem mas sobrepõem-se: a morte de Jesus na cruz é simultaneamente uma exaltação, uma entrada na glória de Deus.

Estes pormenores são indicações claras que não é suficiente considerar a morte e a ressurreição como etapas cronológicas sucessivas. Embora essencial para a revelação da identidade de Jesus e para o sentido da sua vida, uma sucessão cronológica não expressa plenamente esta identidade e este sentido. O Crucificado é o Senhor Ressuscitado; os dois momentos estão assim permanentemente inter-relacionados. Assim, seria mais correcto falar de duas dimensões ou de duas faces do mistério pascal, a face sombria e a face luminosa. Vamos pois examinar estes dois aspectos, tal como são mostrados na cruz, para melhor compreender a sua relação e perceber onde se situa a passagem duma a outra. Esperamos assim tirar as pedras de um caminho cheio de perigos duma concepção demasiado pessimista da fé cristã e, por outro lado, de uma visão demasiado «angélica» através da qual a ressurreição tiraria ao mal a sua seriedade e, portanto, impediria uma verdadeira solidariedade com os sofrimentos dos nossos semelhantes.

A face sombria da cruz

A cruz, contemplada do exterior, aparece à primeira vista como um fracasso no plano humano. «Salvou os outros mas não pode salvar-se a si mesmo!» (Marcos 15, 31). Estas palavras das autoridades do povo quando viram Jesus na cruz não são apenas um indício da sua má-fé. A sua perplexidade pode não ter sido fingida: com podia alguém que dizia ser o Messias, enviado por Deus para salvar o seu povo, termina deste modo? Pois mesmo havendo opiniões diferentes no que diz respeito ao modo como viria, a espera do Messias envolvia necessariamente a esperança da libertação de uma situação indesejável e o advento de um mundo melhor. A ausência de benefícios reais invalidava a pretensão messiânica. Além disso, tal morte não era simplesmente um suplício particularmente doloroso e vergonhoso mas, para os judeus, era um sinal de rejeição divina (ver Deuterónimo 21, 23). São Paulo retoma este argumento modificando o seu sentido «ao fazer-se maldição por nós» (Gálatas 3, 13).

Assim, se Jesus morreu desta forma ignóbil, não seria inconcebível supor que Deus não estava com ele. Na nossa era, após a tentativa do genocídio do povo judeu, denominada a Shoah, a questão da presença divina no meio do mal ainda permanece entre nós, apesar de ter um matiz diferente. As orações que se ouviam vindas das câmaras de gás e dos fornos crematórios pareciam não chegar aos ouvidos de Deus. Hoje em dia, no entanto, isto não é tanto interpretado como o abandono de Deus aos seus mas como a prova da sua impotência, ou mesmo da sua inexistência. «Se Deus existe e é todo-poderoso como permitiu que as coisas chegassem a este ponto?» Esta questão lancinante repercute através dos séculos. De acordo com esta leitura, Jesus tomaria o seu lugar no cortejo da multidão de homens e mulheres que, tendo contado com a ajuda divina, ficaram cruelmente decepcionados.

Tendo chegado a este ponto, podemos agora olhar o mesmo acontecimento por outra perspectiva, pondo a responsabilidade não sobre os ombros da vítima, mas sobre os ombros dos seus carrascos. Vista deste modo, a cruz aparece como *uma prova da impotência do bem no nosso mundo*. Mahatma Gandhi, Martin Luther King lutaram corajosamente contra o ódio e a opressão antes de sucumbirem à violência destrutiva. Nesta terra, os esforços daqueles que fazem o bem frequentemente parecem insuficientes face ao poder do mal. Não poderíamos também ver Jesus a esta luz, como uma espécie de Dom Quixote, um romântico tão admirável como lamentável, que combate com armas, infelizmente, muito pouco eficazes para vencer?

É interessante notar que o próprio Jesus faz uma leitura semelhante da história da salvação. Na sua polémica com os responsáveis espirituais do povo, Jesus acusa-os de terem sempre assassinado os mensageiros de Deus:

Por causa disto, envio-vos profetas, sábios e doutores da Lei. Matareis e crucificareis alguns deles, açoitareis outros nas vossas sinagogas e haveis de persegui-los, de cidade em cidade. (Mateus 23, 34)

Só depois é que as pessoas os honram construindo túmulos impressionantes para ficarem com a consciência limpa sem terem de passar por uma conversão exigente (ver Mateus 23, 29-30).

O decurso do ministério de Jesus confirma esta regra geral do inevitável fracasso do bem neste mundo. No início da sua vida pública, vemo-lo a atrair um número crescente de seguidores, admirados com seus ensinamentos (ver Marcos 1, 27-28) e especialmente pelas suas curas (ver Mateus 15, 30-31). Mas quando as exigências das suas palavras se fazem sentir, não porque peçam o impossível mas porque o que Jesus oferece questiona as categorias e as prioridades dos seus ouvintes, pouco a pouco as pessoas deixam-no e inclusivamente voltam-se contra ele. No fim, abandonado mesmo pelos seus mais íntimos por medo de perderem as suas vidas, Jesus é deixado sozinho para enfrentar a sua sorte (ver Marcos 14, 27-31.50).

São João resume este processo no capítulo 6 do seu Evangelho. No princípio «seguia-o uma grande multidão, porque presenciavam os sinais miraculosos que realizava em favor dos doentes» (João 6, 2). Quando eles vêm a Jesus, ele alimenta-os a todos com cinco pães e dois peixes. Querem então fazê-lo rei para beneficiarem dos seus poderes permanentemente e, quando Jesus foge, seguem-no até à outra margem do lago.

É nesse momento que Jesus tenta que aprofundem a compreensão da sua missão e do que Jesus lhes oferece. Evoca um «alimento que perdura e dá a vida eterna» (6, 27), um «pão [...] que desce do Céu e dá a vida ao mundo» (6, 33). De seguida revela que ele é o pão da vida (6, 35-40). De repente, os que o escutam começam a «murmurar» sobre ele, como os israelitas tinham feito no deserto no passado (ver Êxodo 15, 24; 16, 2; 17, 3 etc.): o dom só leva à incompreensão e à divisão. Quando Jesus vai mais longe e afirma que o pão é a sua carne, e que para ter vida é preciso comer a sua carne e beber o seu sangue (6, 51-58) o escândalo chega ao clímax: «A partir daí, muitos dos seus discípulos voltaram para trás e já não andavam com Ele» (6,

66). A oferta da vida, que num primeiro momento parecia tão atraente, acaba por ferir as sensibilidades e por levar a discussões (ver 6, 52) assim como à rejeição do dom e do dador.

Um paradoxo mortal

Se a existência de Jesus, e especialmente a sua morte, revela a incompatibilidade entre o nosso mundo e o bem, o problema não está em princípio do lado de Deus. Esta constatação faz-nos avançar na nossa compreensão da cruz: a cruz revela *os limites do projecto humano*, especialmente no campo da religião e da justiça. No relato da Paixão o melhor da religião vem do povo judeu. Esta é a nação que recebeu uma revelação única por parte de Deus ao ponto de Jesus afirmar que «a salvação vem dos judeus» (João 4, 22). Mais tarde, os discípulos encontrarão nas Escrituras judaicas a chave para compreender a sua missão. Todavia, no momento crítico do julgamento de Jesus, os responsáveis religiosos do povo dirigem ao governador romano estas palavras carregadas de significado: «Nós temos uma Lei e, segundo essa Lei, deve morrer [...]» (João 19, 7). A Lei, a Tora, é a quintessência da religião judaica, onde a revelação divina e a interpretação humana estão entrelaçadas. Se os responsáveis religiosos de Israel não encontram na sua Lei a luz necessária para reconhecer Aquele que vem em nome do Senhor, então essa Lei na realidade apenas revela os limites da sua compreensão de Deus. O cume da religião humana não lhes permite discernir o dia da visita de Deus (ver Lucas 19, 44).

São Paulo, nas suas cartas aos Gálatas e especialmente aos Romanos, retoma este tema a um nível mais abstracto. Boa em si mesma, inclusivamente santa, a Lei desviou-se do seu verdadeiro fim pela tendência humana de autojustificação. Em consequência, a sua santidade manifesta-se de forma negativa; serve apenas para revelar a extensão do mal (ver Romanos 7, 7-13).

Por outro lado, a justiça humana na sua mais alta manifestação é simbolizada pela autoridade imponente de Roma. No relato da Paixão, esta encarna na figura de Pôncio Pilatos. Depois de examinar meticulosamente o acusado e as provas da sua culpa, o governador declara três vezes (ver Lucas 23, 4.14.22; João 18, 38; 19, 4.6) que Jesus está inocente, no entanto envia-o para ser torturado até à morte. A tão vangloriada justiça de Roma mostra-se incapaz de salvar a vida de um inocente, e Pilatos permanece só com as suas duas perguntas, «Donde és Tu?» e «Que é a verdade?» (João 18, 38; 19, 9). A crucifixão de Jesus expõe com clareza a incapacidade humana para compreender e para acolher a presença de Deus.

Olhando com mais distanciamento, podemos afirmar que a vida de Jesus, e especialmente a sua morte, revelam um «paradoxo mortal», característico da nossa condição humana, que se resume na seguinte proposição: aspiramos a uma vida maior, mas ao mesmo tempo somos incapazes de dar os passos necessários para aceder a essa vida.

Estes dois aspectos são recapitulados no início da Bíblia no chamamento de Abraão (ver Génesis 12, 1-4). Deus entra na sua vida com a promessa de uma bênção, que em linguagem bíblica significa uma vida maior. Mas para entrar nessa vida, Abraão é chamado a abandonar o mundo que conhece e a embarcar numa aventura com Deus. O patriarca, por seu lado, põe-se a caminho, enquanto o mais frequente ao longo dos séculos, é os homens preferirem a comodidade de uma vida instalada aos rigores de uma peregrinação no seguimento do Senhor.

Esta recusa trágica manifesta-se de forma exemplar na vida de Jesus. Já constatámos que, à medida que o caminho se torna mais exigente, as multidões, e inclusivamente os discípulos, começam a abandoná-lo. Jesus está plenamente consciente disso: «Vós, porém, não quereis vir a mim, para terdes a vida!» (João 5, 40; ver 12, 37-40; 2, 23-25). Mas há mais. Ficar desencantado com um mestre e abandoná-lo é uma coisa; querer matá-lo é outra. Muito cedo se sente uma resistência contra Jesus; alguns não suportam a sua presença e as suas pretensões (ver Marcos 3, 6). Esta atitude, que se afirmará cada vez mais até se

manifestar na crucifixão, dá que pensar. Se se deseja eliminar alguém, é porque o que essa pessoa representa se tornou insuportável; numa palavra, mata-se para evitar morrer, para se salvar a si próprio. Obviamente que Jesus não ameaça a vida física de ninguém. São antes as suas palavras e as suas atitudes que questionam todo um modo de vida, dando um toque de morte a uma sociedade que se baseia na exaltação do eu à custa dos outros, chamada por São João «o mundo» e por São Paulo «a carne». Os que actuam deste modo sentem como um golpe mortal a afirmação de Jesus, encarnada em toda a sua vida, de que perante Deus ninguém é privilegiado, que os nossos bens são na realidade dons que temos de receber com gratidão e partilhar com os nossos semelhantes.

Jesus expressa este paradoxo da condição humana, manifestado nas atitudes em relação a ele, por meio de uma frase que os salmos põem na boca do justo perseguido: «Odiaram-me sem razão» (João 15, 25; ver Salmo 35, 19; 69, 5). Naturalmente, os seus carrascos e os seus colaboradores tinham as suas razões para matar Jesus. Mas se Jesus é, de facto, o Inocente, se o seu desejo mais profundo, revelado nas suas obras, é dar a vida em plenitude, então o desejo de o eliminar é literalmente absurdo. É um contra-senso mortal, que revela o ódio contra a própria Fonte da vida (ver João 15, 23), um erro que conduz a um comportamento suicida. Assim, a morte de Jesus revela a contradição fundamental da nossa condição humana: o que as pessoas mais desejam, não podem recebê-lo sem abrir-se àquilo (e Àquele) que está mais além, e isto exige o abandono de uma existência construída sobre a ilusão da auto-suficiência, uma espécie de morte de si mesmo. Então, para não morrer, matamos e matando a Fonte da vida suicidamo-nos. Isto explica a virulência do ódio contra Jesus: nunca estamos tão furiosos como quando apresentam argumentos que no fundo reconhecemos justos, mas que não queremos admitir por nada deste mundo. A cólera que nos habita testemunha uma luta desesperada contra nós próprios.

O ponto extremo da face sombria da cruz é assim *a revelação dum paradoxo ou duma contradição que marca a nossa condição humana*. Podemos chamá-la com mais exactidão um nó. Quando procuramos desfazer um nó puxando pelas duas pontas da corda, na realidade apertamo-lo mais. As energias usadas para resolver o problema servem antes para o piorar. Assim, ao tentar calar a voz do Inocente que põe a nu a nossa cumplicidade com a morte, paradoxalmente fechamos a única saída. Entrincheiramo-nos precisamente no único lugar onde Deus não pode alcançar-nos. Ao matar Jesus, matamos ao mesmo tempo a parte mais autêntica de nós próprios e condenamo-nos a uma morte em vida. A única consolação é que ao expor claramente essa contradição, a cruz oferece uma possibilidade de ir mais além. O diagnóstico da doença é um passo necessário para a cura.

A face luminosa da cruz

De facto a manifestação da outra face do mistério pascal necessita de bater no fundo. Jesus não é salvo no sentido de que o movimento descendente seja interrompido. Nenhum *deus ex machina* chega no último momento para evitar que o mal faça estragos até ao fim. Pelo contrário, o Inocente tem de morrer, assinando assim a sentença de morte dum mundo que rejeita a Vida e arrastando-o até ao abismo («ao morrer destruiu a morte» diz uma oração antiga). Dos escombros deste mundo pode nascer algo de novo, se é que existe de verdade o Poder da vida que não tenha sido engolido na conflagração geral.

Na manhã do terceiro dia, quando Jesus está verdadeiramente morto – morte cujo carácter irrevogável se expressa na tradição da sua descida ao Cheol ou Hades, o reino subterrâneo dos mortos – e os seus discípulos viram todas as suas esperanças naufragar (ver Lucas 24, 21), é quando acontece um novo começo. Algumas mulheres visitam o sepulcro e, em vez de encontrarem um cadáver, escutam o anúncio da ressurreição. Mais tarde os discípulos, individualmente ou em grupos, encontram-se com o Crucificado agora vivo, ainda com eles. O Novo Testamento não mostra um relato unívoco destes acontecimentos, uma vez que é difícil descrever com palavras e imagens do nosso mundo aqui em baixo as realidades «do outro lado».

Seja como for, em última instância o que importa, «a prova» definitiva, é a mudança de atitude dos discípulos de Jesus. De seres amedrontados, voltados para o passado, passam a ser mulheres e homens cheios de uma esperança louca, dispostos a pagar com as suas vidas a convicção de que a aventura se inicia de novo e que, ressuscitado de entre os mortos, Jesus crucificado continua a chamá-los a seguir a sua estrela até à Vida verdadeira.

Esta mudança de olhar provocada pela boa nova da ressurreição teve uma consequência imediata: levou a uma releitura do passado, a começar pela cruz. Se Deus permaneceu – e ainda permanece – com Jesus nesse momento, a sua morte já não podia ser interpretada como um fracasso ou um indício da ausência ou impotência divinas. Pelo contrário, em todos esses acontecimentos do passado deveria estar a actuar uma certa sabedoria ou lógica divina. Mas como reconhecer essa lógica? De que maneira poderia Deus ter-se servido dessa morte atroz para se revelar e comunicar os seus desígnios de amor?

Não nos devemos esquecer que os discípulos de Jesus eram judeus. E face a qualquer enigma que dissesse respeito ao sentido da vida, os judeus naquele tempo tinham um recurso infalível: as Escrituras. Tinham, por isso, que reler a Bíblia, o nosso Antigo Testamento, à luz da ressurreição de Jesus, para tentar compreender como o final da sua vida poderia fazer parte do plano de Deus para o universo que criara.

Assim, uma das primeiras consequências da ressurreição para os discípulos de Jesus, foi uma releitura das Escrituras que integrou a realidade da cruz. Por outro lado, não devemos estranhar que o conjunto do povo judeu não tenha podido identificar logo de forma inequívoca Jesus como o Messias prometido. A razão é bastante simples: fora da luz da sua ressurreição, tal interpretação está longe de ser óbvia, pois coloca no centro elementos que antes eram apenas marginais.

Por exemplo, os discípulos de Jesus foram levados a dar uma maior importância aos salmos onde se fala de um justo perseguido. Nessas orações, de facto, o desajuste entre as aparências e a realidade em Deus manifesta-se especialmente. Aquele que parecia ser «um verme e não um homem, o opróbrio dos homens e o desprezo da plebe» (Salmo 22, 7) era na realidade o amigo de Deus. Estas orações ofereciam uma chave de leitura que tornava concebível a morte de Jesus. É por isso compreensível que os relatos evangélicos da Paixão estejam salpicados dessas reminiscências.

Há uma passagem do Antigo Testamento que ilustra muito bem esta nova leitura da Bíblia à luz da morte e ressurreição de Cristo. Trata-se do texto conhecido como o quarto canto do Servo do Senhor (Isaías 52, 13 - 53, 12). Como os salmos, este texto sublinha o contraste entre a aparência do protagonista aos olhos dos outros e a sua verdadeira condição. «Sem aspecto atraente, desprezado e abandonado pelos homens», era considerado «como um leproso, ferido por Deus e humilhado», quando na realidade era inocente, o Servo do Senhor que cumpria a missão divina por obediência. Simultaneamente, o canto vai para além do simples contraste, descrevendo uma mudança de olhar nos espectadores que ficam estupefactos ao verem a exaltação de alguém que antes acreditavam ser maldito por Deus. Assim, um texto sagrado escrito séculos antes descreve uma experiência quase idêntica à dos testemunhos da morte de Jesus! É compreensível que a seus olhos aquilo não tenha sido uma coincidência, mas antes oferecia a chave para compreender o que acabavam de viver.

Isaías 53 vai ainda mais longe. O texto define o papel do Servo como aquele que assume uma espécie de troca entre ele próprio e os seus semelhantes. Ele, o Inocente, põe-se no lugar dos seus contemporâneos errantes, de tal maneira que «foi ferido por causa dos nossos crimes, esmagado por causa das nossas iniquidades» (Isaías 53, 5). Assumindo a culpa dos seus semelhantes, comunica-lhes a sua inocência. É importante notar que a descrição desta «troca» constitui uma revelação, é uma palavra de Deus que ilumina o que a priori parecia inexplicável, ou mesmo absurdo. Está longe de ser uma simples constatação que por

sua vez necessita duma explicação, como um mecanismo humano cujas componentes teriam de se examinar. Pelo contrário, quando os ouvintes reconhecem que o Servo sofre «por eles», isso tem o efeito transformador de uma verdadeira revelação divina que ilumina o mistério do sofrimento inocente.

Uma solidariedade que abole a divisão

No seguimento de Isaías 53 lido à luz da ressurreição de Jesus, a cruz aparece como o *acto último de solidariedade*. Deus não salva a humanidade «do alto», por assim dizer, usando uma varinha mágica. Pelo contrário, partilha a condição humana em profundidade (cf. Filipenses 2, 8). Jesus já tinha indicado essa intenção com o primeiro gesto da sua vida pública, o seu baptismo. João tinha anunciado a vinda de alguém «mais poderoso [...] [que baptizará] no Espírito Santo e no fogo» (Mateus 3, 11). No entanto, Jesus veio como qualquer homem e pediu a João o baptismo, ou seja, colocou-se voluntariamente ao lado dos pecadores que vão em busca de perdão, descendo com eles nas águas da morte e voltando a subir para uma vida renovada. A cura só pode vir do interior da condição humana para a transformar de maneira imperceptível mas irresistível, como o fermento que faz levedar toda a massa (ver Mateus 13, 33).

Um acto de solidariedade assim, através do qual o Inocente partilha a condição dos culpados, destrói imediatamente todas as barreiras que estabelecemos entre as pessoas para nos situarmos do lado bom e ter a consciência tranquila. «Se os outros são maus, então evidentemente eu sou bom». A cruz põe fim às divisões humanas de etnia e religião (ver Efésios 2, 14) e, inclusivamente de comportamento, para nos apresentar todos juntos a Deus, como filhos e filhas pródigos, que são contudo os seus filhos amados. A partir da cruz, toda a pretensão de ser alguém por si próprio é desmascarada. Neste mesmo espírito São Paulo, falando como um dos profetas antigos, grita: «Onde está o sábio? Onde está o letrado? Onde está o investigador deste mundo?» (1 Coríntios 1, 20).

Esta solidariedade que relativiza todas as diferenças e cria uma unidade perante Deus manifesta-se ao mesmo tempo como a *resposta autêntica ao mal*. Ao aceitar dar a vida pelos seus carrascos, Jesus proclama uma verdade tão simples que a ignorámos sempre: não podemos eliminar o mal utilizando as suas armas. Não poderemos dizer que a história da nossa raça, de guerra em guerra e de opressão em opressão, é a história do esquecimento desta verdade fundamental? Já no princípio da sua vida pública, Jesus tinha convidado os que o escutavam a responder ao mal com o bem imitando o seu Pai celeste (ver Lucas 6, 27ss; Mateus 5, 38ss) e agora ele segue o seu próprio conselho: «ao ser insultado, não respondia com insultos; ao ser maltratado, não ameaçava [...]» (1 Pedro 2, 23). Nisto foi verdadeiramente o Servo de Deus (ver 1 Pedro 2, 22-25) que confiou na força criadora do Senhor em vez da aparente eficácia da violência (ver Isaías 50, 6-7). Além disso, revela que este poder divino não é mais do que um amor excessivo que parece loucura aos olhos humanos, a atitude do pastor que abandona as noventa e nove ovelhas para ir salvar a única perdida, ou do proprietário que paga aos trabalhadores da última hora o salário de uma jornada completa. Se quisermos chamar perdão a esse amor desmesurado, temos de acrescentar que o exemplo de Jesus exclui desta noção qualquer vestígio de condescendência. Aqui não se trata de um superior que se digna a conceder uma prorrogação para mostrar a sua magnanimidade, mas a de um amante que paga com a sua vida, colocando-se no lugar dos últimos, para que não haja últimos.

Por último, o acto de Jesus mostra-nos o *sentido verdadeiro da vida*. Diz-nos implicitamente que viver é dar-se por amor e não agarrar-se ao que temos, por medo e por egoísmo, é fazer circular os bens em vez de possuí-los até à morte. Esta vida tem uma aparência de sofrimento, fracasso, e inclusivamente pode manifestar-se no acto de morrer, enquanto uma vida aparentemente «bem-sucedida» pode converter-se numa morte. Assim, a cruz revela, por um lado, a compreensão que Jesus tinha do sentido da vida humana (ver a palavra chave citada seis vezes pelos evangelistas: Mateus 10, 39; 16, 25; Marcos 8, 35; Lucas 9, 24; 17, 33; João 12, 25). Por outro lado, desvenda o segredo de Deus. No extremo oposto de um potentado

ciumento da sua categoria, Deus é o Dador por excelência. Como consequência, «Cristo Jesus: Ele, que é de condição divina, não considerou como uma usurpação ser igual a Deus; no entanto, esvaziou-se a si mesmo, tomando a condição de servo» (Filipenses 2, 5-7). Ao comunicar-nos a vida divina, Cristo faz de nós verdadeiros seres humanos à imagem de Deus, que encontram a felicidade no dom total de si mesmos.

Lugar de passagem

Ao contemplarmos a cruz de Jesus, descobrimos, assim, as suas duas faces. Por um lado, a cruz como fracasso, sinal da impotência do bem no nosso mundo com seu corolário, a auto-condenação deste mundo e o fim de toda a esperança. Por outro lado, a cruz como reveladora de uma vida autêntica em termos de solidariedade e de recusa a responder ao mal com o mal, como emblema de um amor «excessivo». Voltemos agora à nossa pergunta inicial, a da articulação entre essas duas faces. Onde está o lugar de passagem, o lugar onde a obscuridade da cruz se metamorfoseia em fonte de luz?

Felizmente, há um relato no Evangelho de Lucas que ilustra perfeitamente esta passagem – a história dos dois malfeitores crucificados com Cristo (Lucas 23, 39-43). Nos outros evangelhos não se faz distinção entre eles. Todavia, aqui um deles, da sua cruz, insulta Jesus reproduzindo as palavras dos responsáveis judeus e dos soldados romanos: «Não és Tu o Messias? Salva-te a ti mesmo e a nós também». Aos seus olhos, a prova de que alguém vem de Deus é o facto de ter poderes miraculosos – e que os use em seu favor. Além disso, ao aliar-se aos que detêm o poder e ao trocar de Jesus, este primeiro malfeitor exalta-se a si próprio à custa de Jesus. Mesmo face a uma morte iminente, procura demarcar-se dos demais para se atribuir uma superioridade ilusória.

O segundo malfeitor reage de maneira completamente diferente. Embora normalmente conhecido como «o bom ladrão», nada nos permite afirmar que seja melhor do que o seu companheiro. A diferença é que ele não nega a sua verdadeira condição. Sente que o homem ao seu lado, torturado até à morte como ele próprio, está, contudo, inocente. Por um acto de solidariedade livre e incompreensível, este homem escolheu estar com ele; por isso pode-se confiar nele. De repente o malfeitor compreende que não enfrenta sozinho a sua sorte; Jesus está com ele. Do mesmo modo, também pode confessar a sua culpa e esperar com confiança que aquele que se abaixou para se encontrar com ele não o abandonará, aconteça o que acontecer. «Jesus, lembra-te de mim, quando estiveres no teu Reino». E imediatamente ouve a resposta tão desejada como inesperada: «hoje estarás comigo no Paraíso». Juntos agora no inferno, também estarão juntos na felicidade de uma Vida reencontrada.

Este relato situa com precisão o vínculo entre as duas faces do mistério, a passagem que leva duma a outra. Trata-se antes de mais *do modo de olhar*. Contemplar o rosto do Crucificado para discernir aí o Enviado de Deus que permanece connosco, implica já passar para o outro lado, inclusivamente se ainda não se manifesta. Longe do «final feliz», que suprimiria os horrores da crucifixão, a ressurreição desvela o seu verdadeiro significado. Todavia temos de acrescentar algo: esta mudança de olhar não é humanamente compreensível; é um dom de clarividência que vem directamente do Espírito de Deus.

Neste sentido, é significativo a este respeito que São João termine o relato da Paixão com uma citação de um outro texto enigmático das Escrituras hebraicas (Zacarias 12, 9 – 13, 2), que alguns consideram uma adaptação do quarto canto do Servo. Trata-se de novo de uma mudança do modo de olhar. A passagem apresenta «aquele a quem traspassaram» que, depois da efusão do espírito de Deus, é reconhecido pelos antigos adversários como «um filho único [...] um primogénito» e suscita neles um grande lamento. De seguida, uma fonte de perdão brota para todo o país. «Eles contemplarão aquele a quem traspassaram» (Zacarias 12, 10; João 19, 37). O quarto Evangelho afirma assim que o vínculo entre a morte e a ressurreição de Cristo passa definitivamente pelo olhar de cada um de nós. Contemplar o Crucificado até discernir nele a

revelação do amor desmesurado de Deus no meio – e apesar – da nossa rejeição a esse amor, implica passar para o outro lado duma Vida sem fim; entrar no mundo da ressurreição. Não é possível compreender o mistério pascal do exterior; face à cruz não há espaço para um observador indiferente. E isto significa também que esta vitória paradoxal de Cristo sobre a morte deve converter-se na nossa própria vitória, fonte de uma alegria e de uma paz que ninguém nos pode tirar.

Copyright © Ateliers et Presses de Taizé 2012